

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANNA LUIZA FERREIRA MARTINS

**AFETOS E CONTROLE SOCIAL NA CRISE CLIMÁTICA:
O Caso Brasileiro (1990 - 2023)**

UBERLÂNDIA
2025

ANNA LUIZA FERREIRA MARTINS

**AFETOS E CONTROLE SOCIAL NA CRISE CLIMÁTICA:
O Caso Brasileiro (1990-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de graduação em Relações
Internacionais do Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade
Federal de Uberlândia como requisito para a
obtenção do título de bacharel em Relações
Internacionais.
Orientadora: Lara Martim Rodrigues Selis

UBERLÂNDIA

2025

AFETOS E CONTROLE SOCIAL NA CRISE CLIMÁTICA: O Caso Brasileiro (1990-2023)¹

Linha de Pesquisa: Teoria das Emoções

Anna Luiza Ferreira Martins²

RESUMO:

Este projeto de pesquisa propõe investigar criticamente o papel dos afetos na sustentação discursiva da crise climática no Brasil, tomando como recorte temporal o período entre 1990, ano de publicação do Primeiro Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), e 2023, com a divulgação do Sexto Relatório de Avaliação (AR6). O objetivo central do estudo é compreender como o Estado brasileiro, orientado pela fração dominante representada pelo agronegócio, produz e mobiliza narrativas e enquadramentos discursivos que administram emoções de modo a neutralizar a ação coletiva e a manter a primazia de projetos políticos e econômicos ambientalmente insustentáveis. Parte-se da hipótese de que a recorrente dissociação entre a posição discursiva do Brasil no plano internacional, marcada pela adesão retórica a compromissos climáticos, e suas práticas domésticas, pautadas pela priorização de setores intensivos em degradação ambiental, opera como um dispositivo afetivo de produção da apatia social. Metodologicamente, o projeto adota uma abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica crítica e análise do discurso. A revisão bibliográfica buscará sistematizar os principais debates sobre afetos, política climática e ação coletiva, com atenção especial às lacunas empíricas e geográficas no contexto do Sul Global. A análise do discurso será orientada pela abordagem argumentativa de Maarten Hajer, especialmente pelos conceitos de storylines e coalizões discursivas. Ao articular emoções, discurso e política climática, esta pesquisa pretende contribuir para o avanço das Relações Internacionais ao evidenciar como a disputa pelo futuro ambiental é também uma disputa pelo campo afetivo, especialmente em contextos marcados por profundas desigualdades estruturais, como o brasileiro.

¹ Projeto de mestrado apresentado como trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, orientado pela Prof. Dr. Lara Selis.

² Discente do curso de Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). E-mail: anna.martins@ufu.br.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA:

O campo de estudo das Relações Internacionais é historicamente marcado pela demarcação entre as esferas externas e internas, internacionais e domésticas, públicas e privadas, sugerindo uma dicotomia ontológica e analítica fundamental na organização das teorias clássicas, tais como o Realismo e o Liberalismo. Tanto em suas teorias fundadoras quanto nas subsequentes ramificações, a manutenção do Estado como ator principal para a circulação e geração das agendas políticas que definem o internacional é observada como uma normativa - e um limite - para a produção de pesquisa no campo. Apesar de algumas correntes, como institucionalistas e marxistas, terem alargado o repertório analítico ao incorporar instituições internacionais, estruturas sistêmicas de mercado e dinâmicas de poder da economia global, a conceitualização daquilo que é considerado variáveis da esfera internacional permanece bastante dependente do aparato estatal. A partir do entendimento dessas limitações, perspectivas teóricas dissidentes, no geral preocupadas com as dimensões ideacionais e não estadocêntricas dos fenômenos internacionais, oferecem um novo arcabouço analítico, metodológico e ontológico para a disciplina.

No caso dos construtivismos, por exemplo, parte-se da premissa de que a compreensão da realidade internacional envolve o reconhecimento das interações sociais e dos consensos, indo além de considerações estritamente materialistas³. Apesar de ser amparado por figuras como Alexander Wendt e Nicholas Onuf, que forneceram bases metodológicas robustas para esse movimento de expansão disciplinar, parte da tradição clássica insistiu em relegar o Construtivismo ao estatuto de ferramenta analítica social, e não de teoria propriamente estabelecida para o campo internacional (Mengshu, 2020). Essa negligência é sintomática: quando a disciplina se permite considerar elementos sociais e imateriais, tende a reafirmar os limites ontológicos de teorias anteriores que, sobre determinado contexto, definiram o Estado como ator primordial; no entanto, atualmente, a permanência dessa lógica resulta na redução de fenômenos complexos à racionalidade estatal.

³ Sintetizado na máxima wendtiana *Anarchy is what states make of it* (Anarquia é o que os Estados fazem dela), expressão consagrada na obra *Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics*, de Alexander Wendt (1992).

A resistência do campo de estudos das RIs com relação às abordagens sociológicas é também observada na chamada “virada afetiva”, que introduziu a partir da década de 1990 novos desafios para o protagonismo da visão racional. O movimento marcou uma tendência crescente nas ciências sociais ao integrar as emoções na análise da vida social e da política global, na busca por romper a dicotomia entre razão e emoção e a interpretação do Estado como agente racional e distante das qualificações presentes no que se entende por social (Koschut, 2022).

Observa-se aqui não uma negação do aparato estatal como ator relevante no sistema internacionais, mas uma expansão do que se entende por Estado: para além de uma entidade unitária, racional e movida por um objetivo estático ligado a interesses econômicos, reconhece-se sua constituição como entidade socialmente organizada e sensível a processos (inter)subjetivos. Ou seja, tal como outros coletivos humanos, também o Estado é composto por relações intersubjetivas e por estruturas afetivo-discursivas. Nessa perspectiva, o Estado assume interações identitárias, nas quais os afetos e as emoções também desempenham papel significativo: a defesa do Estado-nação, por exemplo, não partiria apenas de um cálculo racional, mas um resultado da mobilização de sentimentos de pertencimento e segurança, uma vez que as emoções interferem diretamente nas decisões no plano doméstico e internacional, moldando o direcionamento externo do país. Essa concepção implica que a política não é apenas um campo discursivo ou normativo, mas também um espaço afetivamente estruturado, onde emoções como medo, orgulho, ressentimento ou esperança configuram comunidades imaginadas e definem fronteiras de pertencimento (Ahmed, 2004). A consolidação dessa abordagem foi amparada por estudiosos como Neta Crawford, Naomi Head e Sarah Ahmed, além do diálogo presente com os campos de estudo feministas e queers, que realizam estudos sobre como as emoções são fatores condicionais de subordinação ao poder e para a definição de normatividades sociais. A política, nessa chave, é tratada também como uma arena afetivamente estruturada.

Nesse cenário ampliado, a questão ambiental emerge como espaço privilegiado para observar a inscrição dos afetos na política global. Embora o debate entre natureza e emoções seja relativamente recente nas RIs, ele possui uma longa trajetória nas Ciências Sociais. Ailton Krenak, por exemplo, fornece uma perspectiva histórica da relação de familiaridade e coabitação ancestral que os povos originários brasileiros estabelecem com a floresta, uma

relação fundamentada não somente pela dependência, mas pela identificação⁴. No campo da psicologia, o alemão Egon Brunswik, já em 1943, foi pioneiro ao utilizar o termo psicologia ecológica e analisar a correlação entre saúde psíquica e o vínculo com a natureza, antecipando os efeitos emocionais da degradação ambiental já perceptíveis na sociedade industrial⁵. Com o recente adensamento empírico dos impactos climáticos e a intensificação da crise ecológica, a discussão ganha novo fôlego: multiplicam-se diagnósticos de “ecoemoções” — ecoansiedade, ecoraiva, ecofadiga — que expressam a angústia coletiva diante de um colapso climático crescente e da sensação de incapacidade individual de transformá-lo (Martins; Missiatto; Sousa, 2024).

Tal coletividade das faculdades emocionais se relaciona à tentativa de Ahmed de deslocar a emoção do campo individual - interno, automático e sensorial - e compreende-la como um movimento coletivo que molda políticas (e é modelado por estas) a partir da tradução que essas imprimem nas reações do corpo. Para tal, a autora comprehende que as emoções não são um reflexo da qualidade inerente de um objeto, mas são de fato moldadas pela leitura do contato que se faz com esse objeto, havendo a mediação das narrativas que acompanham esse objeto e são conhecidas pelo sujeito antes da existência desse encontro. Dessa forma, a determinação de algo como benéfico ou maléfico (bom e ruim), envolve, para além da sensação corporal, um processo de leitura e avaliação para o desenvolvimento da emoção. Mesmo sentimentos que são percebidos como imediatos, como a dor (que é frequentemente descrita como uma sensação corporal), são mediados. A sensação da dor ultrapassa o efeito de uma função corporal, sendo profundamente afetada por memórias, determinada pelas experiências anteriores e pela capacidade de compreender a causa da dor. Dessa forma, a pesquisa adota o papel circulativo das emoções e faz uso deste termo de acordo com a concepção favorecida por Ahmed, que induz a impossibilidade da distinção entre sensação e emoção na experiência vivida, e de modo analítico foca no caráter relacional e performativo das emoções como orientações. Estas operam para moldar e dar forma aos corpos enquanto formas de ação que podem ser traduzidas a partir de um distanciamentos ou aproximação com outros corpos, indicando o termo “impressão” para indicar um corpo ou

⁴ Tal perspectiva é explorada pelo autor em sua obra *Futuro Ancestral* (2022), na qual é discutida a ideia de *florestania*, articulada como uma cidadania ligada à natureza, onde os indivíduos reaprendem a viver em harmonia e interdependência com o meio ambiente.

⁵ O autor foi o primeiro ao utilizar o termo, em seu artigo seminal de 1943 intitulado *Organismic Achievement and Environmental Probability*. Seus estudos foram essenciais para que, em 1992, a relação entre ser humano e natureza fosse explorada por Theodore Roszak através do termo ecopsicologia, em sua obra *Ecopsychology: Restoring the Earth, Healing the Mind*.

objeto que é pressionado por outro - como objetos se imprimem no indivíduo, deixando uma marca ou traço (Ahmed, 2004).

O estudo realizado pela autora será mobilizado para indicar a capacidade formuladora de narrativas para a modelagem de objetos e das impressões que são instrumentalizadas a partir delas - um processo que se traduz no condicionamento social através do controle afetivo. Visto que, apesar da expansão dos estudos que articulam o papel das emoções na construção política, observa-se uma lacuna relevante no que diz respeito à instrumentalização desses afetos no campo ambiental-climático. Dessa forma, a presente pesquisa pretende agregar à discussão precisamente nesse espaço, ou seja, nas agendas que buscam entender por que, mesmo diante da intensificação concreta da crise climática, de seus efeitos disseminados sobre a população brasileira e da ampla legitimação científica da necessidade de mudança estrutural, observa-se uma persistente paralisia política e social. Partindo das contribuições teóricas das emoções, busca-se interpretar tal paralisia como reação corporal a investimentos discursivos organizados em torno de lógicas afetivas ligadas à apatia⁶. Tais dispositivos discursivos são mobilizados pelo Estado no plano doméstico e internacional.

Ao trabalhar com a concepção Estado, adota-se a pesquisa desenvolvida pela Escola de Campinas, que explora a recepção e a aplicação do instrumento teórico de Nicos Poulantzas na América Latina - notadamente no Brasil -, sob a direção, sobretudo, da pesquisadora Tatiana Berringer. Neste arcabouço, o aparato estatal utilizado é o de entidade capitalista, cuja função é ser um fator de coesão na sociedade dividida em classes e o organizador da dominação de classe em prol da reprodução do sistema capitalista.

Dessa forma, comprehende-se o Estado capitalista como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, sendo o fator de unidade política do bloco no poder. O bloco no poder, um conceito essencial, refere-se à unidade contraditória de classes ou frações de classe politicamente dominantes, sob a liderança hegemônica de uma fração, sendo o Estado o fator de unidade política desse bloco. Dessa forma, a classe dominante (o bloco no poder) é composto por: frações de classe dominantes, classes aliadas e classes de apoio, e a fração hegemônica; ou seja, aquela cujos interesses específicos são priorizados na política estatal, exercendo a hegemonia política (Berringer; Lazagna, 2022).

No cenário brasileiro, a fração da classe dominante é representada, entre os anos 2003 e 2010 (governados sob o escopo do Partido Trabalhista), pelos setores da mineração,

⁶ Adota-se o conceito e atuação do sentimento de apatia explorado por Isabella Stengers em sua obra *Au temps des catastrophes: Résister à la barbarie qui vien* (No tempo das Catástrofes: Resistindo à Barbárie que se Aproxima), publicado em 2009.

agronegócio, bancos nacionais e construção civil. Esse conjunto estrutural é entendido como burguesia interna, concebida como uma fração intermediária que se associa ao capital externo de maneira conflitiva, diferente da burguesia compradora - que é mera correia de transmissão dos interesses imperialistas (Berringer; Lazagna, 2022). A partir da saída do governo petista, em 2016, há o predomínio do agronegócio como setor representativo da burguesia interna brasileira - uma vez que seu sucesso é traduzido como permanência de concentrações de riqueza para as classes beneficiárias desta indústria (A Verdade, 2023).

Ademais, observa-se o esforço para superar a instabilidade de sua hegemonia devido às disputas com outras frações da classe dominante (especialmente aquelas ligadas ao capital financeiro e imperialistas) para a sua consolidação como fração hegemônica, paralelamente a uma coordenação política de abertura para esse cenário cada vez maior, devido à uniformização de ideologias políticas e interesses econômicos no centro de discussões governamentais. Esse fenômeno pode ser observado na redução da diversidade partidária e de agendas de interesse presentes nos fóruns de discussão governamentais. No entanto, é importante frisar que o Estado - sob essa perspectiva - não atua de forma instrumental para a classe dominante, mas sim como fator de coesão na sociedade dividida em classes e o organizador da dominação de classe para garantir a reprodução das relações capitalistas. Isso permite que o Estado não represente diretamente os interesses econômicos da classe dominante, mas sim seus interesses políticos, apresentando-se ao conjunto da sociedade como representante do povo-nação e não como de uma classe ou fração específica (Berringer; Lazagna, 2022).

Essa compreensão é central para a hipótese aqui adotada, pois evidencia que a ação estatal não se reduz à administração técnica, mas envolve a produção de coesão política e de consentimento social necessários à reprodução das relações capitalistas. Em contextos como o brasileiro, onde a acumulação de capital depende estruturalmente de setores intensivos em exploração ambiental⁷, essa coesão não pode ser garantida apenas por meios econômicos ou coercitivos; ela exige a construção de narrativas⁸ e formas de percepção que tornem a

⁷ Parte majoritária do Produto Interno Bruto e das exportações do Brasil provém da produção e venda de commodities agrícolas (soja e carne bovina) e minerais. Sua capacidade de atender às demandas internacionais fez com que o país fosse denominado como o “celeiro do mundo”. O aumento constante da produção ocorre com o avanço da fronteira agropecuária sob a floresta amazônica e o cerrado (Girardi, 2022).

⁸ Inclui-se como elemento de análise e compreensão do estabelecimento do agronegócio como composição majoritária dessa burguesia interna que caminha com o objetivo de se tornar classe dominante o artigo *Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil*, produzido pela socióloga e professora Regina Bruno, para explorar como as elites agroindustriais utilizam dispositivos discursivos para marginalizar o agricultor familiar, legitimando a subordinação e naturalizando as desigualdades sociais. A partir disso, compreende-se como o controle de narrativas para a permanência de hierarquias de lucro já é um instrumento de poder do setor,

continuidade da vulnerabilização ambiental socialmente aceitável ou emocionalmente inevitável. Assim, a instrumentalização das emoções não se qualifica como estratégia contingente de governos específicos, mas como um mecanismo inscrito no próprio modo de funcionamento do Estado capitalista: uma tecnologia política que estabiliza contradições internas e conforma sensibilidades sociais de forma a sustentar, mesmo em meio ao agravamento da crise climática, a hegemonia da fração dominante.

Para tal, a escolha do Estado brasileiro como objeto de análise não é arbitrária, mas funda-se na identificação de uma dicotomia que o mesmo sustenta no campo ambiental. O país se apresenta simultaneamente como liderança internacional na defesa do meio ambiente no Sul Global e como território de sistemática negligência ambiental doméstica; possui vastos recursos naturais e matriz energética majoritariamente renovável, mas é estruturado econômica e politicamente por atividades extrativas de larga escala; reafirma compromissos climáticos internacionais enquanto flexibiliza regulações ambientais internamente. A análise desse paradoxo exige compreender não apenas como o Estado se projeta internacionalmente, mas como essa projeção é recebida, metabolizada e sustentada no (e pelo) corpo social.

A compreensão desse fenômeno exige a utilização das abordagens de análise do discurso, que pressupõem - em suas devidas ramificações - a construção do discurso pelas relações de poder, com o propósito de revelar questões ideológicas sustentadas pelos discursos que, muitas vezes, não são conscientes para os indivíduos em suas práticas sociais. (Carvalho, 1999). Sobre tal perspectiva, a estrutura externa (o que se pode entender como o âmbito sistêmico internacional) molda as práticas discursivas enquanto essas mesmas práticas contribuem para a constituição, reprodução ou transformação dessa estrutura. Trata-se, portanto, de um esforço de deslocar o internacional para o indivíduo - de compreender como macroestruturas discursivas atravessam e conformam a massa, orientando formas específicas de sentir e, assim, de agir - e simultaneamente como o internacional é sustentado pelo indivíduo.

Para tal, será utilizado de modo complementar as abordagens de análise de discurso propostas por Hager, em sua abordagem argumentativa, e Litfin, que advoga uma abordagem reflectivista que confere ao discurso a capacidade de formular e enquadrar temáticas de modo a conduzir o público a aceitar uma determinada perspectiva. A razão para me centrar nestes estudos ocorre por combinarem um trabalho teórico profundo, com pormenorizadas análises empíricas de questões ambientais. Concomitante à tal contribuição metodológica, o marco

e como este pode ser mobilizado para demais conjunturas de ameaça à ordem vigente: um recorte que inclui o movimento ambientalista.

temporal nos ajudará a compreender a construção da dicotomia brasileira - referente ao discurso recitado e às ações realizadas - no cenário de intensificação da crise climática e protagonização do meio-ambiente nos discursos internacionais e no entendimento popular, revelando os mecanismos afetivos que sustentam a inércia doméstica.

RECORTE DE OBJETO, PROBLEMÁTICA E HIPÓTESE:

Desde 1990, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), principal autoridade científica no plano ambiental, produz avaliações científicas abrangentes sobre o estado do clima, seus impactos e as opções de mitigação e adaptação. Os Relatórios de Avaliação do IPCC consistem nas contribuições de três Grupos de Trabalho e em um Relatório de Síntese que integra essas contribuições e quaisquer relatórios especiais preparados durante o mesmo ciclo de avaliação. Os Relatórios Especiais do IPCC tratam de questões específicas acordadas entre os 195 países membros, entre eles o Brasil, e os Relatórios de Metodologia fornecem diretrizes práticas para a preparação de inventários de gases de efeito estufa. Os resultados encontrados nas avaliações são fundamentados para terem relevância política, constituindo insumos fundamentais para as negociações internacionais que visam o enfrentamento da mudança climática (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, [S/D]). Apesar da existência desta pesquisa qualificada, que visava a produção de dados que permitissem a reorganização estrutural de medidas prejudiciais ao meio ambiente para que estas não evoluam no futuro, a tradução desses dados para o campo político foi restrito à ações assistencialistas.

Ainda em 1990, o Primeiro Relatório de Avaliação publicado pelo Painel concluiu que o aumento da temperatura global no século anterior foi 0,3C a 0,6C (ou seja, o dobro), prevendo (com sucesso) um ritmo ainda mais intenso de aquecimento global para as próximas décadas e indicando a necessidade de se adotar medidas para a redução do efeito estufa. O Segundo Relatório de Avaliação, publicado em 1995, expressou maior certeza de que a mudança climática era causada principalmente por atividades humanas (Rodrigues, 2024). No mesmo período, o Brasil registrou um pico histórico de 29.059 km² de área desmatada em um único ano, o maior índice registrado até então, impulsionado pela valorização de commodities (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2013). Ao mesmo tempo, o país assinou o Protocolo de Quioto, um acordo histórico que impôs metas vinculativas de emissões aos países membros. Em 2001, o Terceiro Relatório de Avaliação alertou que o aumento da

temperatura seria pior do que se temia anteriormente se não reduzíssemos nossas emissões de carbono (Rodrigues, 2024). Entre 1990 e 2005, as emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil cresceram aproximadamente 60%, passando de 1,4 gigatonelada para cerca de 2,192 gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente (CO2e). A justificativa dessa expansão é sustentada pelo sucesso da agropecuária (Jornal do Comércio, 2010).

Nos anos seguintes, o Painel publicou outros três relatórios de avaliação da situação climática global, sendo o Sexto Relatório de Avaliação (AR6) um estudo detalhado de quase oito mil páginas detalhando as consequências devastadoras do aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) em todo o mundo. O aquecimento global de 1,1°C desencadeou ondas de calor mais frequentes e severas, o aumento do nível do mar, a acideificação oceânica, um recuo sem precedentes de geleiras, a seca hídrica e a disseminação de doenças vetoriais, entre diversas outras consequências. Cada fração de grau de aumento das temperaturas intensifica essas ameaças – e mesmo o limite de 1,5°C não é um cenário seguro para todos. Com esse nível de aquecimento, por exemplo, 950 milhões de pessoas em todo o mundo enfrentarão estresse hídrico, estresse térmico e desertificação, e a parcela da população mundial exposta a inundações subirá para 24% (Boehm; Schumer, 2023).

Apesar dos dados presentes no estudo serem públicos e organizados em prol de mudanças no aparato político, em especial às medidas que seriam determinadas na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em 2023, as medidas reparadoras de caráter urgente permanecem condicionadas a um processo gradual, a fim de não atingir o *status* hierárquico do sistema econômico. Essa contradição é refletida, para além das medidas práticas mencionadas anteriormente, também nos discursos apresentados pelo Brasil. Na COP28, por exemplo, o país defendeu o acordo para a “transição para longe dos combustíveis fósseis” enquanto simultaneamente demonstrava interesse na exploração de novas jazidas de petróleo na foz do rio Amazonas (Ferreira, 2023). Ademais, apesar de impor metas de redução de emissões de gases de efeito estufa nos discursos oficiais, o país também libera milhões de créditos a juros baixos ao agronegócio, um dos setores de maior responsabilidade pela degradação ambiental do país (Fernandes, 2024). Tais inconsistências são observadas pela postura brasileira desde o início da protagonização do debate climático no plano internacional, amparado pela democratização da questão a partir do recrutamento e divulgação de pesquisas rigorosas acerca das mudanças climáticas causadas pelo social - marco este que, na presente pesquisa, será interpretado como o ano de 1990, data de lançamento do primeiro relatório de avaliação do IPCC (AR1).

As mudanças no cenário político governamental do país entre o primeiro relatório de avaliação do Painel (AR1) e o último (AR6), divulgado em 2023, fornecem variações no campo ambiental que não permite inferir a política ambiental brasileira como uma política estatal, mas passível de alterações identitárias que seguem uma mesma raiz sistêmica de permanência da lógica da exploração sob a preservação. Tal delimitação revela-se fundamental para interpretar a fragilidade estrutural das metas assumidas pelo Brasil na Rio+20, um dos momentos mais significativos de afirmação internacional do país, cuja eficácia real se mostra condicionada à volatilidade interna e à oscilação discursiva que distancia progressivamente o Brasil de uma legítima posição de liderança no campo climático e aumenta, no campo social e internacional, a aderência da descrença no que tange às promessas políticas brasileiras (Moriez, 2022).

A partir desse panorama, torna-se evidente que a dissociação entre a posição internacional do Brasil, marcada pela adesão discursiva aos compromissos climáticos, e suas escolhas domésticas — reiteradamente pautadas pela priorização de setores intensivos em degradação ambiental — não é apenas uma contradição diplomática ou administrativa, mas um fenômeno discursivo com efeitos sociais profundos. A literatura de análise sociopolítica do clima tem demonstrado que tais contradições operam como dispositivos de produção de incerteza e de desresponsabilização, corroendo a confiança pública nas instituições e reconfigurando a percepção coletiva de risco, uma vez que o sucesso das narrativas — ou *storylines* (Hajer, 1995) — depende fundamentalmente de aspectos como a credibilidade e a confiança⁹.

Hajer destaca casos em que um determinado discurso pode se tornar dominante, estabelecendo uma única perspectiva socialmente aceitável para os atores, como a modernização ecológica nos Países Baixos. No entanto, esta dominância discursiva não se traduziu na institucionalização do discurso, ou seja, em alterações políticas e regulatórias efetivas. A concordância de que "era preciso agir" estava discursivamente separada de um discurso de implementação que progredia em passos menores. A institucionalização foi freada por uma coalizão estruturalmente ancorada, composta por corporações, grupos de especialistas e o próprio governo. Essa disputa levou a oposições, especialmente em torno das

⁹ A dissertação de Karine da Silva Duarte, orientada pela professora Alessandra Maia Terra de Faria, intitulada A análise política do discurso e o negacionismo bolsonarista - um estudo da (des)governança climática no governo Bolsonaro (2018-2022) discute o negacionismo como uma manifestação do discurso que exerce poder. Dessa forma, o mesmo não atua apenas na rejeição do fato, mas como uma prática estratégica para a criação (ou manutenção) de relações de poder, moldando percepções e influenciando diretamente na formulação (e aceitação social) de medidas políticas.

definições de viabilidade e riscos. Nesse processo, os critérios ecológicos acabaram sendo subordinados aos critérios econômicos (Hajer, 1995).

Esse mesmo cenário é observado no Brasil, onde linhas narrativas são construídas para barrar a ações coletivas de resistência à primazia do sistema econômico sob o bem-estar ambiental através do enquadramento¹⁰ de objetos que produzem uma apatia generalizada, seja pela descrença da urgência ou da capacidade popular de resolve-la, ou pelo otimismo cego no relacionamento entre a transição ambientalista progressiva e o sucesso da economia — que supostamente resultaria no aumento salarial¹¹.

É precisamente nesse ponto que o recorte desta pesquisa se justifica. A partir de 1990, os relatórios do IPCC passam a oferecer um regime epistêmico que redefine o problema climático como questão de sobrevivência coletiva e urgência civilizatória. Contudo, ao mesmo tempo em que produzem um horizonte de inteligibilidade global, eles também expõem o descompasso entre conhecimento científico e capacidade estatal de transformação estrutural. Esse descompasso, quando cristalizado em discursos políticos inconsistentes — compromissos ambientais solenes contrastando com incentivos à expansão de setores poluentes —, gera o que pode ser qualificado como uma dissonância institucionalizada (Carvalho, 1999). Essa dissonância, longe de mobilizar a urgência, atua como vetor de anestesia: ela comunica implicitamente à sociedade que, se nem o Estado age de acordo com o que afirma saber, então a crise climática permanece um problema abstrato, sempre deslocado para um futuro ou para um campo técnico inacessível ao cidadão comum.

É a partir desse fenômeno que Anders, Stengers e Viveira de Castro ambientalizaram suas pesquisas no que tange à reação emocional e empírica à eminência do fim. Anders (2007) desenvolve o papel do sistema político-econômico-social capitalista no desenvolvimento de uma massa social arquitetada por grupos dominantes e regida pelo fenômeno da “cegueira apocalíptica”, na qual a onipresença da ideia de progresso faz com que grande parte da população se torna incapaz de perceber a proximidade com o fim. Stengers (2009) e Danowsky; Viveira de Castro (2014) retomam esse princípio e interpretam essa cegueira para além do plano literal, compreendendo a crise climática como um perigo tão grande que produz o efeito oposto ao medo, criando um sentimento tão abstrato que é incapaz

¹⁰ Utiliza-se aqui o conceito de enquadrar (*to frame*) adotado por Litfin em sua obra *Ozone Discourses*, na qual a competência discursiva consiste na capacidade de formular e enquadrar temáticas de modo a levar o público a aceitar uma determinada perspectiva (Carvalho, 1999).

¹¹ O artigo *Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil*, produzido pela socióloga e professora Regina Bruno, também aborda como o discurso das elites agroindustriais trabalha para consolidar a imagem do agronegócio como uma força econômica competente e benéfica para a sociedade.

de mobilizar as pessoas (seja por medo, responsabilidade ou remorso). Esse efeito contribui para a minimização da ameaça, provocando apenas a indiferença e a passividade.

A partir desse recorte, a pergunta de pesquisa que orienta este estudo pode ser formulada nos seguintes termos: como o Estado produz e instrumentaliza emoções para neutralizar mobilizações coletivas pelo clima, perpetuando o sistema capitalista lucrativo que advém dos dispositivos de manutenção da crise climática? Apesar dos avanços na centralização das emoções para a compreensão da estrutura sistêmica, a compreensão das formas de disciplinarização dos corpos que ocorrem para a sustentação de vantagens elitistas ainda é pequena, especialmente no que tange a fatores subvalorizados no campo de relações internacionais. Diante desse cenário, torna-se urgente explorar caminhos alternativos para a ampliação dessa pesquisa, especialmente no Sul Global, onde há a permanência de raízes exploratórias sociais crescendo sob tantas diferentes fachadas.

Para compreender a relação entre o gerenciamento dessas emoções através das práticas discursivas dissociativas da realidade prática brasileira com a supressão estatal de ações coletivas pelo clima, é necessário retomar as pesquisas realizadas durante o movimento da virada afetiva no campo das Relações Internacionais. Este permitiu o avanço e a inclusão de temas que perpassam o corpo social no estudo do internacional - entre eles, a relação entre o plano emocional e a eficácia e mobilização de movimentos sociais e participação popular na política, fundamentada pelos trabalhos de Hochschild (1983), Collins (1975) e Kemper (1978). Nesse contexto, na obra de Sarah Ahmed, *The Cultural Politics of Emotion* (2004), a autora propõe o conceito de sociabilidade das emoções¹², por meio do qual comprehende as emoções como formas de presença social, e não como atributos internos do sujeito. Em vez de pertencerem ao “eu” ou ao “nós”, as emoções são concebidas como processos que produzem os próprios contornos entre sujeito e mundo: é através das respostas emocionais a objetos, corpos e acontecimentos que se delineiam as superfícies de existência para cada um. Assim, as emoções não estão “no” indivíduo nem “no” social, mas operam precisamente na constituição relacional desses domínios, permitindo que “indivíduo” e “coletivo” emergam como entidades discerníveis.

Ao compreender a mobilidade das emoções, Ahmed (2004) considera como uma mesma emoção pode ser sentida, interpretada e habitada de modos distintos por cada sujeito: mesmo quando acreditamos compartilhar um sentimento, não necessariamente compartilhamos a mesma relação com ele. A autora argumenta, portanto, que o que se move

¹² Tradução livre do termo *sociability of emotions*, proposto por Sarah Ahmed em sua obra *The Cultural Politics of Emotion*, publicado em 2004.

não são as emoções em si, mas os objetos da emoção, ou seja, aquilo em torno do qual sentimentos se ancoram e ganham densidade social. A mobilidade desses objetos é fundamental para compreender como emoções se acumulam e se redistribuem no espaço social, gerando efeitos políticos e moldando identidades. Essas circulações, entretanto, não se esgotam no movimento: elas revelam os vínculos afetivos que nos conectam a determinados objetos, narrativas ou coletividades - fenômeno intitulado como *attachments*. Dessa forma, o que nos move é também aquilo que nos fixa, nos concedendo um lugar de habitação no mundo, de modo a alimentar a necessidade natural por pertencimento. Assim, a mobilidade não implica desvinculação; ao contrário, os corpos se ligam a outros corpos precisamente ao serem afetados por suas proximidades (Ahmed, 2004).

No entanto, a autora ressalta igualmente que os sujeitos nem sempre têm plena consciência das emoções que os travessam. Os objetos afetivos podem ser deslocados, reprimidos ou obscurecidos, e são esses processos que conferem a aderência (no original formulado pela autora, *stickiness*) a determinados objetos. Esse fenômeno não é arbitrário: ele emerge de histórias passadas de associação, que operam frequentemente pela ocultação das condições de produção e circulação das emoções. Tal ocultamento contribui para a reificação de estruturas sociais, que passam a ser percebidas como formas naturais de existência, apesar de dependerem de intensidades emocionais para se manter (Ahmed, 2004).

Nesse sentido, a crítica de Ahmed (2004) não se limita a contestar a privatização das emoções, nem a denunciar sua redução a faculdades psicológicas. Ela expõe como estruturas sociais são sustentadas por investimentos afetivos que permanecem invisibilizados, e como a atenção às emoções permite compreender a profundidade desses investimentos — inclusive aqueles que ligam sujeitos a formas de vida e organização que lhes são prejudiciais. É nesse ponto que Ahmed observa que sujeitos podem se vincular tão fortemente a determinadas estruturas que o próprio declínio dessas estruturas é sentido como uma espécie de morte viva. Essa formulação abre um campo analítico decisivo para pensar a reprodução afetiva de sistemas sociais insustentáveis, os quais a filósofa e historiadora Stengers (2009) utiliza para problematizar a persistência de vínculos destrutivos no contexto da catástrofe ambiental. Isso porque, para a filósofa, a definição da crise ambiental que perpassa a escala planetária é a irrupção de uma força que desestabiliza todas as categorias políticas modernas: a “intrusão de Gaia”, uma força unilateral e indiferente do planeta frente a constantes excessos humanos. Esse caráter não moralizável desmonta categorias políticas clássicas, pois não se trata de identificar responsáveis para restituir equilíbrio, mas de enfrentar uma situação que excede qualquer lógica de responsabilização (Stengers, 2009).

Assim, a responsabilidade das instituições públicas não é pela preservação das condições de existência, mas por produzir aceitação, gerir expectativas e garantir a adaptação dócil da população ao mundo tal como vem sendo devastado. São responsáveis por fabricar a crença de que “o mundo mudou” e que a única atitude razoável é ajustar-se à mudança¹³ (Stengers, 2009).

Diante desse quadro, este projeto comprehende que, no contexto brasileiro pós 1990, a crise ambiental é sustentada por um regime discursivo-estatal que administra seletivamente emoções — especificamente orgulho, medo e apatia — como um mecanismo de controle social ao neutralizar a ação coletiva enquanto simultaneamente induz a produção de vínculos afetivos entre a população e as práticas econômicas ambientalmente destrutivas, representadas na presente pesquisa pelo agronegócio¹⁴. Dessa forma, o Estado reforça no plano nacional um apego afetivo aos setores extrativistas ao esquadra-los como símbolos de progresso, segurança material e identidade nacional, através de posicionamentos oficiais e propagandas de cunho nacional-desenvolvimentista¹⁵. Tal processo é paralelo à descredibilização de movimentos climáticos e socioambientais, que transformam preocupações climáticas em objetos afetivos negativos, associados a atraso, ameaça econômica ou instabilidade política. Essa dupla operação — produção de orgulho econômico e fabricação de ameaça — gera um clima emocional de paralisia política, caracterizado pela combinação de medo difuso e impotência coletiva.

A abordagem argumentativa de Hager oferece a base para compreender esse processo, uma vez que comprehende como as linhas narrativas articulam desenvolvimento, estabilidade econômica e identidade nacional como os mecanismos de discurso estruturante capazes de produzir coesão interpretativa mesmo diante de contradições materiais, ao passo que a ausência de discurso institucionalizado permite que compromissos climáticos permaneçam performativos e desprovidos de efetividade (Hager, 1995). Paralelamente, as contribuições de Liffin serão utilizadas para evidenciar como as práticas discursivas produzem regimes de verdade que sustentam a naturalização de ações destrutivas ao realizar enquadramentos enviesados - cuja sustentação será avaliada no campo discursivo estatal. Integradas, essas

¹³ Apesar do conceito ter sido, no presente projeto, extraído dos pensamentos de Stengers (2009), suas formulações podem ser relacionadas ao pensamento de Mark Fisher, em Realismo Capitalista (2009), ao descrever o estado de coesão que o capitalismo impõe ao se determinar no imaginário popular como uma força natural e eterna.

¹⁴ Retoma-se aqui o estudo apresentado pelo artigo de Girardi (2022), acerca dos avanços do agronegócio em contraste ao aumento de medidas ambientalmente destrutivas.

¹⁵ A propaganda “Agro é pop, agro é tudo” é mobilizada para a identificação desse fenômeno. O artigo de Cleyton Gerhardt (2022), *Da sociedade do agronegócio à cosmologia Agro: subjetivação e conquista de novos territórios*, demonstra de modo argumentativo a tentativa das campanhas publicitárias de fixar a categoria *Agro* como sinônimo de brasiliade.

abordagens permitem sustentar a hipótese de que a crise climática é mantida pela combinação entre estruturação discursiva e gestão afetiva, elementos que, ao operarem conjuntamente, estabilizam uma forma hegemônica de perceber o clima - reconhecida como grave, mas emocionalmente desarmada para produzir transformação.

OBJETIVOS:

Objetivo geral:

Analisar a instrumentalização dos afetos pelo aparato estatal brasileiro, entre 1990 e 2023, como tecnologia política para a manutenção da crise climática, compreendendo seu impacto na opinião pública e na produção de uma anestesia coletiva frente ao colapso ambiental.

Objetivos específicos:

1. Mapear os enquadramentos discursivos da política ambiental brasileira nas Assembleias Gerais da ONU (1990–2023), identificando continuidades, rupturas e deslocamentos narrativos entre diferentes governos, a partir da Abordagem Argumentativa de Hajer.
2. Analisar como esses discursos internacionais se articulam com o tratamento doméstico da questão ambiental, buscando compreender como vocabulários, metáforas e storylines convergem ou divergem entre si.
3. Identificar os marcadores afetivos predominantes nos discursos estatais e definir os principais afetos mobilizados através dessa comunicação e compreender seu efeito na ação coletiva no que tange à questão ambiental.
4. Compreender como esses discursos contribuem para processos de disciplinarização dos afetos, investigando de que modo a organização das emoções opera para restringir o potencial de mobilização social em torno da pauta climática.
5. Construir, a partir da análise empírica, uma síntese interpretativa sobre o papel dos discursos na produção da apatia climática, contribuindo para o campo dos estudos ambientais, dos afetos e da análise crítica da política pública.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

Esta fundamentação teórica tem como objetivo sistematizar os principais debates que articulam afetos, ação coletiva e crise climática no campo das Relações Internacionais,

estabelecendo o arcabouço conceitual que orienta esta pesquisa. Parte-se, inicialmente, de uma revisão crítica da literatura sobre emoções e política climática nas RI, identificando tanto a expansão recente desse campo quanto suas lacunas empíricas e geográficas, especialmente no contexto do Sul Global. Em seguida, a seção se organiza em torno de quatro eixos analíticos centrais: (i) a dimensão afetiva do poder e do pertencimento político, a partir das contribuições de Sara Ahmed (2004), Judith Butler, Theodore Kemper (1978), Arlie Hochschild (1983); (ii) a relação entre emoções, apego e ação coletiva, com ênfase nos mecanismos que produzem mobilização e desmobilização social; (iii) a noção de pânico frio, desenvolvida por Isabelle Stengers, como tecnologia contemporânea de governança da crise climática; e (iv) a articulação entre afetos, apatia e colapso civilizatório, a partir das reflexões de Günther Anders, Débora Donowski e Eduardo Viveiros de Castro. Ao articular esses campos, a fundamentação busca demonstrar como a crise climática não é apenas um problema material ou cognitivo, mas uma crise afetiva, cuja gestão discursiva pelo Estado desempenha papel central na neutralização da ação coletiva e na reprodução de projetos políticos ambientalmente insustentáveis.

Nas últimas duas décadas, o campo das Relações Internacionais tem assistido a uma ampliação significativa do interesse analítico pelas emoções, afetos e sensibilidades políticas, fenômeno amplamente associado à *virada afetiva*, mencionado anteriormente. Esse deslocamento teórico-metodológico emergiu como reação às limitações das abordagens racionalistas e institucionalistas tradicionais, que historicamente privilegiaram modelos de tomada de decisão baseados em cálculo estratégico, interesses materiais e maximização de utilidades, marginalizando dimensões corporais e emocionais da política internacional. O movimento acadêmico feminista já atuante, referenciado por nomes como Judith Butler e Patrícia Clough, e as contribuições de Ahmed, Crawford, Huchschild, entre outros, desempenharam papel central nesse movimento no campo internacional, ao demonstrar que emoções não apenas acompanham a política, mas estruturam percepções de ameaça, pertencimento, segurança e legitimidade, influenciando diretamente processos de mobilização e governança.

No Brasil, esse movimento foi adotado por pesquisadores como Débora Darnowski e Eduardo Viveira de Castro (2014), Vinícius Armele (2021) e Paula Sandrin (2020), sendo explorado de modo mais assíduo sob novos cenários e com uma expansão mais consistente do campo ocorrendo a partir de 2010 - cenário temporal em que a temática da governança afetiva como política ambiental se insere. Nesse contexto, estudos passaram a investigar como emoções como medo, ansiedade, culpa, esperança e indiferença moldam atitudes públicas em

relação às mudanças climáticas, influenciam negociações multilaterais e afetam a legitimidade de políticas ambientais. Ainda assim, grande parte dessas contribuições permanece concentrada no Norte Global, tanto em termos de produção intelectual quanto de objetos empíricos analisados, reproduzindo assimetrias epistemológicas históricas no campo das RI (Ferreira, 2023).

No Sul Global, e particularmente no Brasil, os avanços são mais pontuais e dispersos. Há contribuições relevantes que articulam afetos, crise ambiental e política, como já mencionados, a produção incipiente de Paula Sandrin, que examina os circuitos afetivos da mudança climática¹⁶, e nas reflexões de Danowski; Viveiros de Castro (2014), que, embora situadas predominantemente no campo da antropologia, oferecem instrumentos conceituais fundamentais para pensar os efeitos afetivos do colapso ambiental sobre formas de vida, cosmologias e regimes de pertencimento. No entanto, essas contribuições ainda não configuram um campo consolidado de pesquisa em RI dedicado à articulação entre emoções, discurso político e governança climática no contexto brasileiro. Trata-se, portanto, de um campo em formação e frequentemente deslocado para áreas adjacentes, como a antropologia, a sociologia ambiental e a filosofia política.

De modo geral, a maior parte das pesquisas que relacionam emoções e crise climática no Brasil se concentra no âmbito das ciências sociais e humanas, com forte presença da antropologia ambiental. Esses estudos têm se dedicado a examinar a relação entre indivíduo e natureza, os impactos simbólicos e existenciais da devastação ambiental, e os modos pelos quais o sistema neoliberal promove um distanciamento progressivo entre sociedade e mundo natural. Nessa literatura, a crise climática aparece como expressão de uma ruptura ontológica, na qual a natureza é reduzida a recurso e a vida não humana é excluída do campo ético-político. Embora essas análises ofereçam diagnósticos profundos sobre os efeitos sociais e culturais da crise ambiental, elas não se articulam diretamente com o estudo dos regimes discursivos que sustentam determinadas orientações governamentais a partir de um projeto estatal de orientação afetiva para o condicionamento da ação social.

Paralelamente, há um volume crescente de pesquisas no campo da psicologia que investigam os efeitos psíquicos da crise climática sobre indivíduos e coletividades, notadamente por meio da emergência das eco-emoções. Esses estudos são fundamentais para compreender o impacto subjetivo da catástrofe ambiental e os modos pelos quais o colapso climático afeta a saúde mental (Martins; Missiatto; Sousa, 2024). No entanto, a maioria dessas

¹⁶ A pesquisa mencionada está sob o título Os Circuitos Afetivos Internacionais da Crise Climática, e segue em produção pela pesquisadora desde 2024.

abordagens tende a tratar as emoções como respostas individuais a um contexto externo adverso, concebendo-as como fenômenos reativos, e não como efeitos socialmente produzidos e politicamente orientados. Portanto, essas pesquisas não são produzidas sob o pressuposto investigativo de que tais emoções possam ser ativamente administradas, canalizadas ou neutralizadas por projetos políticos específicos, tampouco articulam suas análises a uma crítica das estruturas discursivas e institucionais que moldam a experiência emocional da crise.

Essa lacuna torna-se particularmente relevante quando se observa que a literatura brasileira em ciência política, sociologia e RI dispõe de um conjunto robusto de estudos que diagnosticam a ineficiência governamental, as contradições discursivas e os limites estruturais da política ambiental brasileira (Bruno, 2016; Duarte, 2025; Fernandes, 2024). No entanto, essas análises raramente incorporam as emoções como variável analítica central, tratando o fracasso das políticas climáticas predominantemente em termos de interesses econômicos ou fragilidade institucional. O resultado é uma separação analítica entre, de um lado, estudos que denunciam a inconsistência da ação estatal e, de outro, pesquisas que exploram os efeitos emocionais da crise, sem que se estabeleça uma articulação sistemática entre ambos os níveis.

No Norte Global, por sua vez, a exploração do campo emocional como vetor de apatia política e como elemento constitutivo da governança climática encontra-se mais desenvolvida. Autoras como Isabelle Stengers (2009), Bruno Latour (2020) e Günther Anders (2007) oferecem diagnósticos contundentes sobre os modos pelos quais a crise ambiental é administrada não apenas por meio de políticas públicas, mas por regimes afetivos que produzem impotência e adaptação passiva. A noção de pânico frio, formulada por Stengers (2009), por exemplo, é mobilizada para compreender como ameaças existenciais de grande escala podem gerar paralisia, em vez de mobilização. Diante desse panorama, observa-se uma lacuna teórica e metodológica relevante: apesar do reconhecimento crescente da centralidade das emoções na política climática, há escassez de pesquisas que compreendam a produção e a circulação de afetos como parte de um projeto político, orientado à neutralização de movimentos contestatórios e à preservação de estruturas econômicas ambientalmente insustentáveis. Mais especificamente, carece-se de estudos que articulem a teoria dos afetos, a análise do discurso e a política climática a partir de contextos do Sul Global, onde as contradições entre compromissos internacionais e práticas domésticas são particularmente agudas. Dessa forma, o resgate dos estudos no campo afetivo da agenda internacional e, especificamente da agenda ambiental, é feito para a realização dessa articulação no cenário

brasileiro — a começar pela contribuição de Ahmed (2004) no que tange a relação entre política e emoções.

Como exposto anteriormente, a autora identifica a mobilidade emocional como produtora de pertencimentos que situam os sujeitos no mundo, ainda que tais vínculos operem de forma opaca à consciência. Ancorados em histórias de associação que ocultam as condições de produção e circulação das emoções, esses investimentos afetivos contribuem para a naturalização e reificação de estruturas sociais. O sentimento de pertencimento constitui uma necessidade humana fundamental, articulada por meio de emoções como amor, orgulho e lealdade, e ocupa posição central na engrenagem simbólica que vincula Estado e nação. A própria noção de “nação” pressupõe a identificação do sujeito como parte integrante de um coletivo político-institucional, de modo que o vínculo afetivo não apenas sustenta a crença de que seus direitos serão preservados, mas também convoca esse sujeito à defesa do território frente à figura do “outro”. Esse “outro”, reiteradamente construído pelo Estado, emerge de discursos, campanhas e narrativas oficiais que produzem fronteiras morais rígidas entre quem pertence e quem ameaça, transformando o cidadão em guardião — ou soldado — da ordem estabelecida (Ahmed, 2004).

No Brasil, esse mecanismo foi amplamente mobilizado durante a ditadura militar, quando a fabricação do “inimigo comunista” operou como expediente estratégico para legitimar práticas repressivas e deslocar a violência estatal para o campo da proteção nacional (Pedrinha, 2008). A manutenção dessa legitimidade depende da construção de justificativas afetivamente convincentes, capazes de redirecionar a indignação popular: a revolta não deve recair sobre o Estado, mas sobre aquilo que o Estado alega combater. O efeito é o apagamento sistemático das condições históricas que produzem o objeto da comoção, substituindo-as por narrativas moralizantes e despolitizadas.

Esse mesmo arranjo encontra ressonância contemporânea na política de “guerra às drogas”, especialmente no Rio de Janeiro. A representação do tráfico como um mal absoluto - suficientemente grave para justificar incursões policiais violentas e desproporcionais em territórios periféricos - opera como tecnologia de desresponsabilização estatal. Atribui-se ao tráfico a origem da violência, da pobreza e da precariedade urbana, obscurecendo processos estruturais de exclusão que remontam à formação das favelas, marcadas pela ausência histórica de políticas públicas voltadas às populações libertas após a abolição (Pedrinha, 2008). Esse apagamento é preenchido por discursos meritocráticos que sugerem igualdade de ponto de partida, escamoteando cinco séculos de desigualdades raciais, sociais e territoriais.

Ao deslocar a culpa para o inimigo interno - o “traficante”, a “favela”, o “morro” - o Estado reconstrói seu papel não como responsável pelas condições de vulnerabilidade, mas como agente protetor impedido de agir plenamente devido à ameaça constante representada por esses grupos. A circularidade dessa lógica se intensifica quando se omite que o circuito das drogas atravessa as fronteiras sociais: as substâncias que chegam às comunidades são majoritariamente consumidas e financiadas por setores médios e elites que habitam condomínios distantes da violência que ajudam a sustentar (Pedrinha, 2008). Nessa ótica, o afeto influencia ao moldar a própria estrutura social e o corpo coletivo. As emoções não residem nos sujeitos ou nos objetos, mas são produzidas como efeitos da circulação. Palavras e signos se tornam *pegajosos* ou saturados de afeto através da repetição e das histórias de associação, transferindo valor afetivo para objetos e corpos. Por exemplo, palavras de ódio ou categorias estigmatizantes se "grudam" a corpos específicos, que passam a ser lidos como a "fonte do mau sentimento". Emoções funcionam para moldar as "superfícies" dos corpos individuais e coletivos e para alinhar sujeitos com coletivos. O ódio, por exemplo, é um afeto que alinha sujeitos imaginados com a nação “certa”, sendo inseparável do amor por essa nação, que se expressa no ódio a quem a ameaçaria - um papel que é definido pelo aparato estatal. Dessa forma, emoções se tornam orientações que ditam a direção de aproximação ou distanciamento dos corpos. O medo, por exemplo, é um afeto que garante o relacionamento entre os corpos, distanciando-os ou aproximando-os com base na leitura da aparência e nas histórias de associações (Ahmed, 2004).

Assim, ao pintar a favela com as cores do inimigo, o Estado mobiliza simultaneamente pertencimento, amor e ódio: amor à pátria e ao estilo de vida associado à branquitude e à ordem urbana formal; ódio àquilo que se constrói como ameaça existencial. Esse arranjo afetivo-institucional constitui uma verdadeira tecnologia governamental, capaz de produzir coesão, justificar a violência e neutralizar a contestação popular. Tal neutralização é resgatada nesta pesquisa por uma lente ambiental, compreendendo como o a ideia de sustentabilidade sofre tentativas de ressignificação a fim de comportar o pré existente sistema exploratório que beneficia as camadas estatais elitizadas, construindo uma possibilidade inexistente de coabitação desta estrutura com as medidas ambientalistas necessárias, enquanto estas são identificadas como “barreiras” à ascensão econômica (A Verdade, 2023; Fernandes, 2024; Bruno, 2016). O sucesso desta tentativa - que se econtra em curso - só é possível a partir do condicionamento afetivo (e portanto, mobilizador) da massa populacional. Isso porque emoções compartilhadas, mesmo que negativas (como o medo ou a raiva contra oponentes), podem fortalecer as lealdades recíprocas positivas dentro do grupo (Ferreira, 2023).

Sob esse lógica, a disputa ambiental assume centralidade: as mesmas dinâmicas afetivas que solidificam fronteiras morais internas também operam na construção de enquadramentos globais sobre a crise ecológica, definindo não apenas quem deve ser temido ou protegido, mas também quais projetos de futuro são imaginados como possíveis, desejáveis ou aceitáveis. A formação desses enquadramentos, estudado nesta pesquisa a partir dos governos brasileiros, atuam a nível sistêmico, reorganizando o campo político do ambientalismo e deslocando sua potência contestatória para o que é mais cômodo (Carvalho, 1999). É nesse contexto que surge, no início dos anos 2000, a discussão para a definição do termo *Antropoceno*, proposto por Paul Crutzen e Eugene Stoermer em seu artigo *O Antropoceno* (2000) para designar a época em que a atividade humana se tornou força capaz de modificar os ciclos fundamentais da Terra. Embora poderosa, essa categoria encerra uma ambiguidade: ao atribuir ao “humano” a responsabilidade pela catástrofe, tende a universalizar culpas e apagar as assimetrias históricas entre Norte e Sul globais, entre elites e populações vulnerabilizadas. Se a responsabilidade pelo colapso ambiental não pode ser uniformemente distribuída (e não é), suas consequências o serão bem mais: o Antropoceno aponta para uma catástrofe compartilhada (Danowsky; Viveira de Castro, 2014).

Diante dessa limitação, autores como Jason W. Moore (2016) propõem a categoria *Capitaloceno*, que desloca o problema da espécie para o sistema econômico-político que, desde a modernidade colonial, instalou uma ontologia dualista - separando natureza e cultura - e uma lógica de acumulação infinita baseada na exploração da terra, do trabalho e da vida não humana. Nomear a era como *Capitaloceno* significa, portanto, recusar explicações naturalizantes e afirmar que a crise climática não é produto da humanidade genérica, mas da racionalidade capitalista e de sua matriz colonial. Essa escolha semântica é também uma tomada de posição ética e política: indica que a superação da catástrofe passa por desmantelar as condições materiais e simbólicas que sustentam o regime de valor econômico como princípio absoluto (Danowsky; Viveira de Castro, 2014). No entanto, se torna essencial compreender que, ao tratar de um colapso ambiental, a linha de análise ultrapassa os limites de uma espécie. A nota escrita por Chakrabarty (2009) em *The Climate of History* descreve esse alerta ao pontuar que a história da mudança climática não cabe dentro da história da mundialização e, portanto, a crítica usual do capitalismo não é suficiente. Isso porque a problemática da mundialização nos faz ler a mudança climática como uma mera crise de gerenciamento capitalista. Contudo, apesar da mesma ter uma relação intrínseca com a história do capital, uma crítica que se direciona exclusivamente a ele não é suficiente para dar conta das questões relativas à história humana. Até porquê o aquecimento global tratá

alterações que permanecerão durante centenas de séculos, e nem o capitalismo é previsto para durar tanto (Donowsky; Viveira de Castro, 2014) - apesar da tentativa de liberal de disseminação da máxima “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo” , central para a obra de Fisher (2009).

Dessa forma, Chakrabarty (2009), acompanhado pelos sociólogos Viveira de Castro Danowsky (2014), questiona a exclusividade do humano como foco principal. Ao indicar que o Antropoceno exige pensar a humanidade como “espécie” — categoria historicamente rejeitada pelas teorias críticas da globalização capitalista — o autor evidencia que a crise climática ultrapassa a escala da história social e alcança a longa duração da vida terrestre. Tal deslocamento não implica aderir a um essencialismo especista ou a uma teleologia sociotécnica, mas reconhecer que os modos contemporâneos de organização econômica e política, capitalistas ou socialistas, foram construídos sobre a premissa implícita da infinitude dos recursos e da sujeição sistemática de não-humanos e da natureza. Assim, a própria primazia do humano como sujeito exclusivo de direitos e centro normativo da política torna-se intelectualmente insustentável diante do colapso climático (Danowsky; Viveira de Castro, 2014). Esse paradoxo desestabiliza o lugar exclusivo do humano, mas também incorpora os debates contemporâneos sobre direitos da natureza, já presentes em constituições como as do Equador e da Bolívia, e nos estudos formulados por Latour (2019). Desse modo, a convergência entre ecologia e cultura que caracteriza o presente exige, simultaneamente, a reposição da humanidade enquanto forma de vida entre outras e a crítica profunda às ontologias que sustentaram o desenvolvimento moderno.

Esse deslocamento conceitual encontra ressonância em outras críticas contemporâneas, como a de Stengers (2009). Para a autora, a crise atual deve ser pensada como uma intrusão de Gaia: não uma metáfora espiritual, mas a irrupção de uma agência terrestre que desestabiliza a política moderna e sua crença na autonomia humana. A intrusão de Gaia impõe uma condição cosmopolítica: não se trata mais de governar a natureza, mas de negociar modos de coabitação entre múltiplas formas de vida, reconhecendo que a Terra não é um pano de fundo inerte, mas um agente. Stengers inclui como modo de manutenção dessa estrutura ideológica da natureza como campo de exploração a forma de gestão governamental administrada pelo pânico frio, um estado de impotência política e aceitação passiva diante da crise climática e da possibilidade do fim do mundo (Stengers, 2009). O sinal deste sintoma é a aceitação de mensagens abertamente contraditórias dirigidas à população: o lazer ligado ao consumo, alinhado à necessidade de se pensar também napegada ecológica — divulgada em uma lógica de possível salvação por medidas cotidianas individuais — mas à lembrança

constante de que a economia do Estado depende das práticas ameaçadas pelo movimento ambientalista. A filósofa explica que esse pânico frio é gerenciado pelos responsáveis para manter a confiança e evitar o pânico aberto, que, segundo eles, é a origem da irracionalidade e da demagogia. Dessa forma, o pânico frio permite que os líderes deem sua benção a exportações que visam provocar a culpa na população, sugerindo que pensem no que podem fazer em sua pequena escala. No entanto, isso é feito sob uma condição: as ações de mudança de vida (como abandonar carros ou se tornar vegetariano) devem permanecer minoritárias, pois o contrário seria um "golpe baixo no crescimento (Dnowsky; Viveira de Castro, 2014).

A análise de Günther Anders (2007) leva esse quadro ao limite ao identificar o paradoxo entre aceleração e impotência como marca do tempo do fim. Com a bomba atômica - e hoje, com a catástrofe climática - a humanidade deixa de ser apenas “composta por mortais” para tornar-se uma espécie mortal, capaz de produzir seu próprio desaparecimento. O problema, para Anders, é que essa ameaça tão vasta e tão abstrata produz o efeito contrário ao medo: gera paralisia, indiferença, e o que ele chama de cegueira apocalíptica.

Esse quadro se articula diretamente com o pânico frio de Stengers (2009): ambos descrevem como a ameaça extrema se torna emocionalmente irrepresentável, impedindo mobilização. E converge também com Ahmed (2004): as pessoas permanecem investidas em estruturas que as conduzem ao colapso porque essas estruturas se tornaram emocionalmente constitutivas de seu pertencimento. Além disso, sua filosofia da discrepancia mostra como o sistema capitalista produz sujeitos que operam como engrenagens, incapazes de perceber os efeitos mais amplos das ações às quais se submetem. O conceito de defasagem prometeica — a ideia de criar tecnologias e destruições que ultrapassam nossa capacidade de imaginá-las — reforça a necessidade de governar afetos pela ocultação e pela rotina (Anders, 2007). Aqui, a ideia de Ahmed (2004) de que o declínio de estruturas de aderência pode ser sentido como uma espécie de morte viva ganha precisão filosófica: a paralisação diante do colapso não é apenas cognitiva, mas afetiva. Não se teme o fim porque ele já está, de certa forma, sendo vivido.

Esse conjunto de críticas ontológicas e afetivas à centralidade do humano e à racionalidade capitalista encontra uma tradução político-institucional decisiva na consolidação do paradigma do desenvolvimento sustentável. É precisamente nesse ponto que o diagnóstico do *Capitaloceno* se torna inteligível no plano discursivo: diante do esgotamento da narrativa dos “limites do crescimento” e da ameaça que ela representava à lógica da acumulação, o excepcionalismo humano — já tensionado pela intrusão de Gaia (Stengers, 2009), pela condição de espécie mortal (Anders, 2007) e pela crise da primazia

antropocêntrica (Moore, 2016) — é reconfigurado. Ao deslocar o problema da reestruturação radical da economia para a promessa de uma transição gradual rumo a uma “economia verde”, esse enquadramento neutraliza o potencial disruptivo das críticas ao capitalismo, preserva a imagem prometeica do humano - agora como gestor responsável do planeta - e converte a catástrofe ambiental em um problema técnico-administrativo. A natureza deixa de ser um obstáculo externo e passa a ser integrada como variável gerenciável do desenvolvimento (Ferrari, 2023).

A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável é rastreada através de encontros internacionais, possuindo seu ponto de entrada o Painel de Peritos em Ecologia e Desenvolvimento, ocorrido na Suíça em 1971, com o propósito de ampliar o escopo da discussão ambiental e o conceito de desenvolvimento, tendo em vista o papel a ser desempenhado pelos países em desenvolvimento. Com essa reconceitualização, o termo “ambiente” passou a incorporar a preocupação com o desenvolvimento humano e social, e o “desenvolvimento” passou a considerar a dimensão ambiental (Vieira, 1992).

A discussão ganhou maior respaldo da comunidade internacional em 1972, com a Conferência de Estocolmo, a primeira grande conferência mundial sobre o meio ambiente humano, que, para além de adotar a Declaração de Estocolmo e estabelecer os princípios para a gestão ambiental internacional, também originou a expressão “ecodesenvolvimento” através do choque entre Estados desenvolvidos que defendiam o “crescimento zero” e as posições desenvolvimentistas dos países pobres. Compartilhando o mesmo conceito de “ecodesenvolvimento”, a expressão “desenvolvimento sustentável” foi publicada em 1987 no Relatório Brundtland, e acatada pela comunidade internacional como uma solução economicamente favorável para permanecer com medidas assistencialistas que prometiam mudanças ambientais estruturais (Vieira, 1992).

No entanto, pelo papel, o Relatório definiu o desenvolvimento sustentável como o “processo de mudança em que o uso de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais ampliam o potencial de atendimento às necessidades humanas atuais e futuras”. Este conceito se tornou o coração da ideia do desenvolvimento sustentável e serviu de base filosófica para a Rio-92, moldando a maré desenvolvimentista do discurso ambiental brasileiro do governo Collor e reverberando a prerrogativa de equidade nas responsabilidades históricas no que tange à questão ambiental - argumento amplamente reproduzido pelo Brasil e pelo Sul Global (Vieira, 1992). Importante ressaltar que, apesar da aprovação do conceito, os requisitos apresentados pelo Relatório Brundtland para garantir o sucesso do desenvolvimento sustentável como solução dos

problemas ambientais — mudança do sistema econômico internacional, a eliminação da pobreza, a satisfação das necessidades básicas (alimentação, saúde, habitação), a definição de uma nova matriz energética que privilegiasse fontes renováveis — não ficou tão popular.

Dessa forma, observa-se a incorporação da narrativa do desenvolvimento sustentável como uma solução de mercado, buscando gerenciar a crise ambiental sob a ilusão de que não é necessária uma reestruturação radical do sistema capitalista, cuja base funcional é determinada pelas noções de consumo e competição antônimas à mentalidade colaborativa e complementar que deve ser construída para a definição da natureza como um ser de direitos, para além de um campo de exploração exclusivo da espécie humana. Dessa forma, o conceito busca conciliar, do ponto de vista discursivo, o crescimento econômico e a proteção ambiental como eventos que poderiam acontecer simultaneamente, alimentando a ideia de que é possível ter tudo: ascensão da economia, conservação ambiental e justiça social, evitando (e distraindo) a necessidade de discutir a respeito da redistribuição de recursos — afinal, é impossível o crescimento infinito em um mundo de recursos finitos. Assim, o discurso da modernidade ecológica se molda em um processo gradual que carrega a promessa de uma mudança futura que depende dessas medidas lentas para ocorrer de forma ordenada, sendo, portanto, a única alternativa racional (Amorim, 2023).

METODOLOGIA:

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo-crítico, combinando revisão bibliográfica sistemática e análise do discurso como estratégias metodológicas centrais. Essa escolha decorre da própria natureza do problema de pesquisa, que se orienta pela compreensão dos processos simbólicos, afetivos e discursivos por meio dos quais a crise climática é enquadradada e politicamente administrada no contexto brasileiro. Ao articular essas metodologias, o estudo busca examinar tanto os fundamentos teóricos que sustentam as narrativas climáticas contemporâneas quanto as formas concretas pelas quais tais narrativas operam no plano institucional.

A revisão bibliográfica tem como objetivo mobilizar, sistematizar e articular os conceitos discutidos ao longo do trabalho, a fim de realizar uma revisão de caráter crítico-analítico orientada pela identificação de diferentes perspectivas de articulação entre mudança climática e a instrumentalização das emoções por parte de classes dominantes. Dessa forma, procura-se construir um referencial teórico com base nas literaturas sobre: política das emoções e a relação que as instituições emocionais possuem na tradução da ação

política, com foco em Sarah Ahmed, Isabelle Stengers e Paula Sandrin; o vínculo entre mudanças climáticas e afetos, revisitando as contribuições de Stengers, Sandrin e Eduardo Viveira de Castro, além de sistematizar os estudos presentes no campo das ciências sociais e psicologia, e compreender sua tradução e causalidade nas decisões de ordem sistêmica, resumidas na presente pesquisa pelo aparato estatal; e o interesse capitalista na manutenção da agenda ambiental como fator de extração material sob a máscara ambientalista de preservação e coabitação, a fim de compreender as razões pelas quais a hipótese de instrumentalização das emoções no corpo social se consolida, explorada por Gunter Anders, Bruno Latour, e analisadas discursivamente por Maarten Hager e Karen Litfin.

Dessa forma, a pesquisa também recorre à análise do discurso como método central para investigar como a crise climática é disputada no espaço público. Ao adotar tal metodologia, é importante pontuar a existência de dois tipos principais de análise de discurso, centrados no que Anabela Carvalho (1999) designa como níveis textual e trans-textual. Este primeiro corresponde a um conjunto de autores que, apesar de considerarem aspectos inter-textuais (referências a outros textos) e extra textuais (influências que o texto possa receber de contextos políticos, econômicos ou culturais), debruçam-se essencialmente sobre cada texto de modo individual, como um objeto de análise distinto. Essas micro-analises focam na compreensão de como o significado é codificado no texto e qual o seu potencial de recepção, centrando-se em um momento no tempo. Por outro lado, a análise do discurso trans-textual se ocupa a investigar os problemas de permanência e mudança na política, e como estes se relacionam com o discurso. Dessa forma, o objeto de análise não são textos individuais, mas a relação entre eles, as práticas e os atores sociais (Carvalho, 1999). Tais análises se debruçam, por exemplo, sobre a circulação de ideias e seu impacto nas instituições e políticas. Portanto, ao trabalhar com a hipótese de criação de objetos que mobilizam específicas emoções para circularem no corpo social, torna-se necessária a adoção de uma prática metodológica que compreenda o nível macro de análise discursiva, proposto pela categoria trans-textual. Uma vez que a temática da investigação é o campo climático, a pesquisa irá se centrar nas abordagens de análise do discurso e nos estudo propostos por Marteen Hager, em *The Politics of Environmental Discourse* (1995) e Karen Litfin, em *Ozone Discourses* (1994), por combinarem um trabalho teórico que reúne pormenorizadas análises empíricas de questões ambientais através do discurso.

A investigação e análise dos dados coletados para o estudo será feita a partir da Abordagem Argumentativa de Hager, centrada na análise discursiva argumentativa. Nesta, o ponto de partida é a compreensão de que os conflitos políticos são, antes de tudo, conflitos de

interpretação, nos quais está em disputa não apenas a solução de um problema, mas a própria definição socialmente válida da realidade. A política é concebida como uma luta argumentativa pela hegemonia discursiva, orientada à produção de enquadramentos capazes de conferir credibilidade a determinadas leituras do mundo, mais do que à imposição de argumentos estritamente racionais. Essa metodologia organiza-se em torno de dois conceitos centrais: as linhas narrativas (*storylines*) e as coalizões discursivas. As *storylines* são narrativas compartilhadas interindividualmente que articulam ideias, práticas e posicionamentos, estruturando a percepção de problemas ao definir quais aspectos são factuais, discutíveis ou passíveis de ação política. Quando se tornam hegemônicas, essas narrativas operam como “caixas-pretas”, naturalizando significados e obscurecendo alternativas, em um processo que Hager denomina estruturação do discurso. O sucesso de uma *storyline* não depende essencialmente de sua coerência técnica, mas de fatores como autoridade, credibilidade social e confiança, podendo, em determinados contextos, produzir efeitos institucionais mais duradouros, caracterizados como institucionalização do discurso. As coalizões discursivas, por sua vez, são redes de atores que compartilham e mobilizam determinadas linhas narrativas, sendo os interesses compreendidos de forma relacional e moldados no próprio processo discursivo. Mudanças no campo discursivo podem, assim, reconfigurar alianças, práticas e soluções políticas. Hager analisa a política como um processo de regulação de conflitos que opera em três níveis parcialmente dissociados: o fechamento discursivo, no qual se estabiliza uma definição dominante do problema; a contenção do conflito social; e a resolução efetiva do problema (Hager, 1995).

Em sua obra *The Politics of Environmental Discourse* (1995) essa concepção foi central para compreender o processo de decisão política relativo à regulamentação das emissões de dióxido de enxofre e demais produtos químicos responsáveis pelas chuvas ácidas, uma vez que concebe a política ambiental como um campo de disputa discursiva estruturado por linhas narrativas que buscam susperar as coalizões e alcançar a hegemonia através da institucionalização do discurso e a subsequente evolução para a ação empírica. Para Hager (1995), os discursos não apenas refletem interesses previamente dados, mas produzem alianças, estabilizam significados e orientam práticas políticas, mesmo quando não se traduzem em mudanças regulatórias efetivas. Essa abordagem mostra-se particularmente adequada aos objetivos do estudo, pois permite analisar como discursos climáticos aparentemente consensuais - como a defesa do desenvolvimento sustentável ou da transição energética - podem coexistir com práticas materiais contraditórias, gerando uma dissociação entre reconhecimento do problema e ação transformadora.

A análise hajeriana possibilita, assim, identificar como determinados enquadramentos discursivos se tornam dominantes sem se institucionalizarem plenamente, e como critérios econômicos tendem a subordinar critérios ecológicos no processo decisório. No contexto brasileiro, essa ferramenta analítica é fundamental para compreender a persistência de narrativas que conciliam, no plano simbólico, compromisso ambiental e expansão de setores intensivos em degradação, produzindo efeitos de desmobilização social e normalização da crise.

Para operacionalizar essa análise, a pesquisa prevê um levantamento sistemático dos seguintes dados: os discursos de abertura da Assembleia Legislativa da ONU, tradicionalmente inaugurais e, portanto, norteadores da posição oficial do país no sistema internacional, para evidenciar as flutuações da relevância da questão ambiental na política externa do país e na agenda internacional; os posicionamentos defendidos pelo país nas 28 Conferências das Partes que ocorreram entre 1990 e 2023, além da Cúpula da Terra (ou Rio-92), e as resoluções adotadas em cada evento, a fim de realizar comparativamente as promessas realizadas nos fóruns internacionais e as iniciativas empíricas do campo doméstico; as avaliações divulgadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, de modo a identificar pontos destacados em cada relatório e as dissonâncias entre a opinião pública no que tange ao perigo ambiental exposto e as medidas nacionais de mitigação climática, compreendendo como o discurso é mobilizado para o enquadramento de assistencialismos e resoluções que não contemplam eficientemente a problemática exposta pelos relatórios. Os posicionamentos discursivos identificados no plano internacional e nacional serão comparados com as alterações realizadas da Política Nacional do Meio Ambiente, e seus respectivos debates, ocorridos no recorte temporal adotado.

Esse corpus será tratado com o auxílio do software ATLAS.ti, que permitirá a aplicação da análise de conteúdo como técnica complementar. A análise de conteúdo será utilizada para identificar padrões recorrentes, categorias temáticas, associações semânticas e frequências discursivas, por meio de ferramentas como codificação temática, concorrência de termos e visualizações, incluindo nuvens de palavras

Essa etapa não tem como finalidade quantificar o discurso em si, mas apoiar a interpretação qualitativa ao revelar regularidades, silêncios e deslocamentos na construção dos sentidos atribuídos à crise climática. Desse modo, a análise de conteúdo funciona como suporte metodológico à análise discursiva argumentativa, permitindo uma leitura mais sistemática e rigorosa do material empírico, sem perder de vista o caráter político, histórico e afetivo da produção discursiva.

Em conjunto, a articulação entre revisão bibliográfica, análise do discurso e análise de conteúdo busca oferecer uma abordagem metodológica coerente com o problema de pesquisa e com a hipótese formulada, permitindo investigar de forma integrada os fundamentos teóricos, os enquadramentos discursivos e os efeitos afetivos que sustentam a administração política da crise climática no Brasil.

CRONOGRAMA:

| | Primeiro Semestre | Segundo Semestre | Terceiro Semestre | Quarto Semestre |
|---|------------------------------|-----------------------------|------------------------------|----------------------------|
| Revisão bibliográfica e aprofundamento teórico do desenho de pesquisa. | X | | | |
| Levantamento e seleção sistemática do corpus de análise discursiva. | X | | | |
| Organização e codificação dos dados empíricos através do software quantitativo. | | X | | |
| Análise discursiva e interpretação dos dados com base na produção de emoções identificadas. | | X | | |
| Redação dos capítulos de discussão teórica e análise discursiva. | | | X | |
| Escrita da conclusão e revisão geral da tese. | | | X | |
| Defesa da tese. | | | | X |

REFERÊNCIAS:

AHMED, Sara. **The cultural politics of emotion**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.

AMORIM, Bruna Eloy de. **O debate ambiental no Brasil sob a luz da Análise do Discurso: soberania, desenvolvimento e agroliberalismo**. 2023. Dissertação (Mestrado em Energia) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

ANDERS, Günther. **Le temps de la fin**. Paris: L'Herne, 2007.

ARMELE, Vinícius. **Devir Gilets Jaunes: segurança ontológica e circulação de afetos**. 2021.

BERRINGER, Tatiana; LAZAGNA, Angela. **A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas**. 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/389932770>. Acesso em: 07 nov. 2025 .

BOEHM, Camila; SCHUMER, Gabriela. **10 conclusões do relatório do IPCC sobre mudanças climáticas de 2023**. WRI Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/10-conclusoes-do-relatorio-do-ipcc-sobre-mudancas-climaticas-de-2023>. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio e agricultura familiar. In: **Estudos sobre Sociedade e Agricultura**. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/712>. Acesso em: 7 nov. 2025.

CARVALHO, Anabela. Análises do discurso em política ambiental: conceitos e métodos. 1999. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/analises-do-discurso-em-politica-ambiental-conceitos-3vocselunr.pdf> . Acesso em: 9 nov 2025.

CHAKRABARTY, Dipesh. **The Climate of History: Four Theses**. Critical Inquiry, Chicago, v. 35, n. 2, 2009.

COLLINS, Randall. **Conflict Sociology: Toward an Explanatory Science**. New York: Academic Press, 1975.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. **The Anthropocene**. Global Change Newsletter, n. 41. 2000.

DUARTE, Karine da Silva. **A análise política do discurso e o negacionismo bolsonarista: um estudo da (des)governança climática no governo Bolsonaro (2018–2022)**. 2025. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2025.

FERNANDES, Leonardo. **Quase R\$ 30 bilhões em benefícios fiscais ajudam a sustentar lucro do agronegócio**. Brasil de Fato, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/12/06/quase-r-30-bilhoes-beneficios-fiscais>. Acesso em: 18 set. 2025.

FERREIRA, Lucas. **COP-28: hesitação de Lula sobre petróleo na foz do Amazonas**. O Estado de S. Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/cop-28-hesitacao-de-lula>. Acesso em: 18 set. 2025.

FERREIRA, Marcelo A. S. **As Emoções na Luta Política: Um debate mais que necessário.** Revista Brasileira de Ciência Política, n. 41, p. e267628, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/SS5b3ZvVhtWG5cGT5mBBWSN/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 8 nov. 2025.

FISHER, Mark. **Realismo Capitalista: É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo.** São Paulo: Autonomia Literária, 2009.

GERHARDT, Cleyton. **Da sociedade do agronegócio à cosmologia Agro: subjetivação e conquista de novos territórios.** Contemporânea, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/890/493>. Acesso em: 8 nov. 2025.

GIRARDI, Eduardo. **Brasil potência agrícola: dinâmicas recentes, projeções, contradições e fragilidades.** Confins, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/44608>. Acesso em: 18 nov. 2025.

HAJER, Maarten A. **The politics of environmental discourse: ecological modernization and the policy process.** Oxford: Oxford University Press, 1995.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **The managed heart: commercialization of human feeling.** Berkeley: University of California Press, 1983.

KEMPER, Theodore D. **A social interactional theory of emotions.** New York: Wiley, 1978.

KOSCHUT, Simon. **Emotions and International Relations.** 2022. Disponível em: <https://annas-archive.org/md5/6a6d3d667a061051fd8104c31ae969e8>. Acesso em: 19 nov. 2025.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como associar a ciência à democracia.** São Paulo: Editora UNESP, 2019.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LITFIN, Karen T. **Ozone discourses: science and politics in global environmental cooperation.** New York: Columbia University Press, 1994.

MARTINS, Anna Luiza; MISSIATTO, Gabriel; SOUSA, Mariana. **Mudanças Climáticas e saúde mental: Quando o clima também afeta emoções e relações.** Revista Bem Viver, 2024. Disponível em: <https://periodicos.emeron.edu.br/index.php/bemviver/article/view/424/334>. Acesso em: 19 nov. 2025.

MENGSHU, Li. **A brief overview of Alexander Wendt's constructivism.** E-International Relations, 2020. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2020/05/19/a-brief-overview-of-alexander-wendts-constructivism/>. Acesso em: 8 nov. 2025.

MOORE, Jason W. **Anthropocene or Capitalocene?: Nature, History, and the Crisis of Capitalism.** Oakland: PM Press, 2016.

PEDRINHA, Roberta Duboc. **Notas sobre a política criminal de drogas no Brasil: Elementos para uma reflexão crítica.** Disponível em:http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/roberta_duboc_pedrinha.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.

ROSZAK, Theodore. **Ecopsychology: restoring the Earth, healing the mind.** San Francisco: Sierra Club Books, 1992.

SANDRIN, Paula. **Symptomatic enjoyment: a postcolonial and psychoanalytic interpretation of Turkey's relations with the European Union.** Journal of International Relations and Development, 2020.

STENGERS, Isabelle. **Au temps des catastrophes: résister à la barbarie qui vient.** Paris: La Découverte, 2009.

VIEIRA, Liszt. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: fontes para compreensão do discurso político-ambiental do governo brasileiro.** 1992. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org>. Acesso em: 20 set. 2025.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics.** International Organization, v. 46, n. 2, 1992.